



DISPONIBILIDADE DE SERVIÇOS DE SAÚDE PÚBLICA NA ÁREA RURAL DE MUNICÍPIOS DO INTERIOR DO RIO GRANDE DO SUL: CARACTERIZAÇÕES E CONTEXTOS

Francieli Ester Müller², Nicolas de Almeida Ziemann³, Luísa Oliveira Martins⁴, Patrik Nepomuceno⁵, Miriam Beatrís Reckziegel⁶, Hildegard Hedwig Pohl⁷

¹ Estudo transversal, analítico e descritivo, vinculado ao projeto “Triagem de fatores de risco relacionados à obesidade, estilo de vida, saúde cardiometabólica e doenças crônicas não transmissíveis: impacto da promoção e educação em saúde em trabalhadores rurais e urbanos – Fase IV”, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob parecer 5.413.511.

² Enfermeira. Mestre em Enfermagem (UFSM). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Promoção da Saúde (PPGPS) da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). E-mail: francieliestermuller@gmail.com

³ Graduando em Fisioterapia pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Bolsista do Programa Unisc de Iniciação Científica (PUIC). E-mail: nicolas1@mx2.unisc.br

⁴ Graduanda em Educação Física pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS). E-mail: luisamartins@mx2.unisc.br

⁵ Fisioterapeuta, Mestre em Promoção da Saúde. Docente no departamento de Ciências da Saúde na Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). E-mail: pnepomuceno@unisc.br

⁶ Profissional de Educação Física. Doutora em Saúde da Criança e do Adolescente (UFRGS), Professora do Departamento de Ciências da Saúde da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). E-mail: miriam@unisc.br

⁷ Doutora em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). E-mail: hpohl@unisc.br

Introdução: A acessibilidade aos serviços de saúde no Brasil é um problema que se alastra por todo território nacional, mas que se intensifica quando se observa a realidade dos indivíduos que residem em zonas rurais. A falta de infraestrutura adequada, o baixo número de profissionais, a falta de equipamentos e materiais, a distância e principalmente a quantidade de unidades básicas de saúde são alguns dos principais problemas que englobam esse tema. No estado do Rio Grande do Sul, existe relativa proporcionalidade entre cidades rurais e urbanas, conforme a Classificação e Caracterização dos Espaços Rurais e Urbanos do Brasil (IBGE), mas a extensão territorial rural é significativamente maior. Como consequência, os moradores da zona rural tornam-se mais propensos ao desenvolvimento de doenças crônicas, além da falta de incentivo à prática regular de exercícios físicos. **Objetivos:** Caracterizar a disponibilidade de serviços de saúde pública na área rural de municípios do interior do Rio Grande do Sul. **Metodologia:** Estudo descritivo e analítico, vinculado ao projeto de pesquisa “Triagem de fatores de risco relacionados à obesidade, estilo de vida, doenças crônicas não transmissíveis, saúde cardiometabólica e mental: impacto da promoção e educação em saúde em trabalhadores rurais–Fase V”, aprovado pelo CEP sob nº 5.413.511, da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). As coletas foram realizadas pela base de dados do IBGE, considerando municípios da microrregião sul do Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo (COREDE-VRP): Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires, Candelária, Vale Verde e Passo do Sobrado. Os dados coletados foram: dimensão territorial, população total, urbana e rural, número de unidades de saúde e número de unidades móveis de saúde. Os dados obtidos foram compilados em tabelas Excel® e posteriormente realizada a interpretação desses valores. Além



disso, quando informações no site governamental não eram encontradas, o contato com a prefeitura das respectivas cidades foi realizado através do telefone, e solicitadas para melhor compreensão do acesso dos trabalhadores rurais. **Resultados:** Foram analisados cinco municípios da microrregião sul do COREDE-VRP. A extensão territorial dos municípios variou entre 265,1 km² (Passo do Sobrado) e 944,7 km² (Candelária). A população rural oscilou entre 2.200 habitantes em Vale Verde e 28.621 em Venâncio Aires. Em relação à estrutura das unidades de saúde, observou-se uma disparidade na distribuição dos postos de atendimento. Santa Cruz do Sul possui 34 unidades de saúde, sendo 6 localizadas na zona rural para atender cerca de 19.000 trabalhadores rurais — o que equivale a aproximadamente 3.166 pessoas por unidade. Por outro lado, Venâncio Aires, apesar de ter uma extensa população rural de 28.621 pessoas, conta com apenas uma unidade de saúde no meio rural. Embora existam 6 unidades urbanas para atender 42.933 habitantes, a sobrecarga no sistema rural pode levar parte da população a buscar atendimento na área urbana, pressionando ainda mais os serviços da cidade. Candelária enfrenta uma situação semelhante, com cerca de 17.000 habitantes rurais e duas unidades para atender esta população, tendo o acesso dificultado pelas grandes distâncias entre comunidades e os pontos de atendimento. Vale Verde e Passo do Sobrado, apesar de apresentarem territórios menores, possuem uma proporção significativa da população vivendo na zona rural. Ambas contam com unidades de saúde que oferecem atendimento misto para moradores urbanos e rurais, resultando em uma média de aproximadamente 3.000 pessoas por unidade. Esse modelo de atendimento combinado também contribui para uma maior demanda e possível sobrecarga dos serviços de saúde. **Conclusão:** Os resultados deste estudo destacam disparidades na distribuição de unidades de saúde entre os municípios analisados, com evidente desproporção entre a demanda populacional rural e a oferta de serviços. Assim, devido à grande extensão territorial dos municípios, o acesso ao atendimento pode tornar-se desafiador. Enquanto Santa Cruz do Sul apresenta uma estrutura com melhor distribuição, Venâncio Aires e Candelária sofrem com falta de unidades nas áreas rurais, sobrecarregando o sistema e dificultando o acesso devido a maiores distâncias geográficas. Municípios menores, como Vale Verde e Passo do Sobrado, enfrentam desafios no atendimento misto (urbano e rural), o que pode comprometer a eficiência do serviço prestado. A análise evidencia a necessidade de reavaliar a distribuição das unidades de saúde na região, buscando melhorar o acesso e a qualidade do atendimento, especialmente nas áreas rurais mais populosas e distantes dos centros urbanos. Os achados destacam a necessidade de políticas públicas que promovam uma distribuição equânime de recursos, ampliando o acesso e a qualidade dos serviços de saúde nas áreas rurais, beneficiando a população destas áreas. **Palavras-chave:** População Rural; Serviços de Saúde Pública; Dimensão Territorial. **Agradecimentos:** Agradecemos a Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal de nível Superior (CAPES).

Referências:

FAUSTO, M. C. R. *et al.* Atenção Primária à Saúde em municípios rurais remotos brasileiros: contexto, organização e acesso à atenção integral no Sistema Único de Saúde. *Revista Saúde Sociedade*, v. 32, n. 1, 1 jan. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Portal cidades. *Panorama Municípios*, 2024. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santa-cruz-do-sul/pesquisa/10102/122229>